



### A (IN) EXCLUSÃO SOCIAL COMO RESULTADO DO DOMÍNIO DA NORMA CULTA

Antonia Joyce Ambrósio Nunes (UVA)<sup>1</sup>  
[Joyce\\_Ambrosio@outlook.com](mailto:Joyce_Ambrosio@outlook.com)

Francion Maciel Rocha (UVA)<sup>2</sup>  
[francion\\_maciel@hotmail.com](mailto:francion_maciel@hotmail.com)

Maria das Dóris Moreira de Araújo (UVA)<sup>3</sup>  
[mdorissaraujo@yahoo.com.br](mailto:mdorissaraujo@yahoo.com.br)

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo (UVA)<sup>4</sup>  
[alexfrancais2003@yahoo.com.br](mailto:alexfrancais2003@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar o domínio da norma culta da Língua Portuguesa como instrumento de inclusão/exclusão social e, ainda, verificar o posicionamento dos professores sobre o domínio da Norma Culta e sua importância no processo de ensino-aprendizagem, como também avaliar como ela é vista pela escola. Tivemos como pressupostos teóricos autores como Faraco (2002), Loiola (2012), Neves (2013), Possenti (1996), Sousa (2012) entre outros. Realizamos uma pesquisa de campo, utilizando entrevistas. Por meio dos resultados obtidos através desse estudo, foi possível constatar que o domínio e uso da norma culta são tidos como fator de inclusão/exclusão, haja vista que seu uso de maneira adequada e nos locais adequados pode caracterizar o nível de comunicação do falante. Portanto, é indispensável que o ensino-aprendizagem da língua padrão seja repensado por muitos docentes que a consideram como ultrapassada, porém deve ser vista levando em consideração a identidade do aluno tendo em vista a variedade linguística existente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Norma Culta; Importância do domínio; inclusão/exclusão social.

**ABSTRACT:** This research aims to analyse the domain of the cultured norm of the Portuguese language as an instrument of social inclusion/exclusion and also to verify the placement of teachers on the domain of the cultured norm and its importance in the teaching-learning process, such as Also assess how she is seen by the school. We had as theoretical assumptions authors such as Faraco (2002), Loyola (2012), Neves (2013), Possenti (1996), Sousa (2012) among

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Email: [Joyce\\_Ambrosio@outlook.com](mailto:Joyce_Ambrosio@outlook.com)

<sup>2</sup> Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: [francion\\_maciel@hotmail.com](mailto:francion_maciel@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Linguística da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [mdorissaraujo@yahoo.com.br](mailto:mdorissaraujo@yahoo.com.br).

<sup>4</sup> Professora efetiva da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [alexfrancais2003@yahoo.com.br](mailto:alexfrancais2003@yahoo.com.br).



others. We conducted a field survey using interviews. Through the results obtained through this study, it was possible to note that the domain and use of the cultured norm are regarded as inclusion/exclusion factor, there is a view that their use in an appropriate manner and in appropriate locations can characterize the communication level of the speaker. Therefore, it is indispensable that teaching-learning of the standard language is rethought by many teachers who consider it outdated, but should be seen taking into consideration the pupil's identity in view of the existing linguistic variety.

**KEYWORDS:** cultured norm; Importance of the domain; inclusion/social exclusion.

## Introdução

A linguagem oral assim como a escrita é o meio utilizado para que aconteça a comunicação entre os falantes, mantendo uma interação. Todavia, saber falar seguindo o que é estabelecido pelas normas da linguagem padrão é uma dificuldade enfrentada por muitos que não tiveram a oportunidade de conhecer e aprender a norma culta desde cedo. Diante disso, é comum que algumas pessoas sejam julgadas pelo modo de falar e, conseqüentemente, excluídas de grupos de falantes ou até mesmo do mercado de trabalho.

Visto isso, o seguinte estudo, composto por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, apresenta o domínio da norma culta como fator de inclusão/exclusão social, mostrando-a por meio de análise e discussão. A discussão da temática está fundamentada em autores como Faraco (2002), Loiola (2012), Neves (2013), Possenti (1996), Sousa (2012) entre outros, selecionados para integrar esta pesquisa, dando suporte aos argumentos e, assim, manter uma discussão crítica.

O texto está organizado em três seções. Na primeira são apresentados os conceitos e exemplos de norma culta, fundamentado no que diz a literatura pesquisada, partindo do princípio de que, a partir dessas exposições, seria mais fácil trabalhar com os termos em questão. Na segunda seção, é exposta a importância da aprendizagem da norma culta. Nesta etapa, buscamos analisar como a norma culta é vista pela sociedade, mais especificadamente no ambiente escolar, buscando apresentar o papel dos docentes no ensino-aprendizagem da língua padrão. Na terceira seção, é apresentada a análise dos dados obtidos por meio do questionário, referente à norma culta, aplicado a docentes de



Língua Portuguesa, a fim de analisar as respostas obtidas com as ideias de teóricos selecionados e assim, apresentar uma discussão sobre o tema.

Este estudo pretende contribuir com os docentes, no sentido que eles possam refletir sobre seu papel diante do ensino-aprendizagem da língua padrão, como também, fazer com que a escola possa repensar suas metodologias de ensino. Sendo assim, buscando sempre aliar o ensino da língua padrão à variedade linguística de cada indivíduo, a fim de romper essa exclusão associada à linguagem. Além de auxiliar os alunos, na compreensão da importância da aprendizagem da norma culta diante da sociedade. Contribuindo assim, para que haja uma maior discussão sobre a exclusão que afeta os falantes da linguagem não padrão.

### 1. Conceitos e exemplos de norma culta

Para compreender o que seria norma culta é necessário entender sua relação com o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, pois ambas estão inteiramente ligadas. A questão sobre o ensino do português traz diversos fatores interligados. E ainda, a questão da heterogeneidade da língua e suas variações. A Língua Portuguesa como qualquer outra língua é heterogênea, ou seja, sofre variações. Cada grupo possui características próprias de falar. A respeito disso é possível encontrar divergências no que diz respeito às “normas” da língua.

Nota-se um constante uso das expressões norma culta e norma padrão como similares. Porém, autores como Bagno (2002) e Faraco (2002) apontam para uma distinção entre os termos, colocando-os, respectivamente, como “os usos reais da língua” e como “verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos”. Diante disso, é importante compreender a diferenciação entre as duas, para que se possa entender seu uso no contexto.

O conceito de norma padrão manifestou-se a partir do surgimento da Gramática Normativa, surgida na Grécia Antiga quando os primeiros pesquisadores da língua



sentiram a necessidade de estabelecer regras para a linguagem escrita. Passou então a ser estabelecido a “forma correta” de falar e escrever, ou seja, o modelo ideal de língua a ser seguido. Sendo assim, as regras estabelecidas pelos manuais de gramática passaram a corresponder o que se desejava como padrão de escrita, porém, é possível notar que as formas propostas pelos manuais de gramática não são seguidas fielmente na linguagem oral, assim fazendo surgir à norma culta da língua.

A norma culta não é algo tão fácil de ser entendida, pois ao mesmo tempo em que o processo é unificador, é também separatista. Como aponta Faraco (2002 apud GUERRA, 2008, p. 04), “a norma culta diz respeito à variedade utilizada pelas pessoas que têm mais proximidade com a modalidade escrita e, portanto, possuem uma fala mais próxima das regras de tal modalidade.” Logo, a norma culta é vista como as variações utilizadas pela sociedade mais sucedida, ou seja, por aqueles que têm maior domínio sobre a linguagem escrita e pertencente às classes mais elevada da sociedade; falada por pessoas mais escolarizadas, por aqueles que têm maior domínio sobre a norma padrão.

Associada ao modelo escrito, considerado socialmente como a forma correta, a norma culta da língua é vista como condição de qualificação. No entanto, é importante ressaltar que em qualquer língua o desvio do padrão é considerado normal, ou seja, o domínio da norma culta é o ponto de equilíbrio entre esses desvios sofridos e o padrão.

O uso da norma culta é fator de reconhecimento e de admiração perante a sociedade, devido ser estabelecida através do grupo de maior prestígio, porém é necessário entender que a língua não é única e que sofre variações culturais, sociais e geográficas. Não existe apenas uma forma correta, embora seu uso seja mais relevante para o falante.

Neste primeiro conceito, pode se dizer que a norma culta é aquela usada pelas pessoas de maior poder aquisitivo e que tem maior relevância dentro de uma comunidade. Portanto, a forma usada por essa parcela da sociedade passa a ser a “forma correta”, ou seja, a norma a ser seguida pelos demais membros da comunidade. É importante ressaltar que ao estabelecer a “forma correta” a ser utilizada por um grupo, é

possível que haja uma unificação ou até mesmo uma separação, pois é possível que alguns membros da comunidade não consigam fazer uso da linguagem estabelecida devido a questões como escolaridade ou fatores culturais, fazendo com que ocorra uma espécie de exclusão daqueles que não dominam o que é estabelecido como “certo” e “errado”.

Há autores que defendem que a norma padrão não passa de um ensino discriminatório, um sistema preconceituoso que através das significações entre “certo” e “errado” é responsável pela exclusão de diversos falantes do convívio social. Saber falar e escrever seguindo o que estabelece a norma culta se tornou essencial nesse processo de inclusão na sociedade.

Ao se falar em norma culta, associa-se automaticamente, a gramática normativa e suas regras, esquecendo assim, as manifestações distintas da fala. Diante disso, é estas regras tidas como “corretas” que ditam a forma da linguagem oral e escrita a ser seguida, ou seja, a variedade culta. Para Travaglia (1996, p. 30):

[...] a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira.

Todavia, seguir esse modelo exposto nos manuais de gramática se torna cada vez mais distante. Os falantes buscam aproximar ao máximo sua linguagem ao padrão ideal, porém a sociedade imprime um caráter linguístico evolutivo, deixando para trás algumas formas conservadoras. A norma culta permite ao falante cometer alguns desvios diante desse padrão ideal.

Assim, vamos supor que em um diálogo ouvíssemos o seguinte enunciado: “Tem livros na estante.” Segundo a norma padrão, exposta nos manuais de gramática, essa construção não seria possível, haja vista que, o verbo TER só deve ser utilizado quando expressar POSSE e não deve ser utilizado em contexto existencial, logo o



enunciado deveria ser “Há livros na estante.” Porém, esse pequeno desvio da língua padrão nem sempre é percebido por outros falantes, haja vista que, se considerarmos que a função da língua seja a comunicação, a transmissão de uma mensagem, neste caso o seu papel foi efetivado sem gerar qualquer preconceito com o falante.

No entanto, é comum nos depararmos com situações em que o falante já induz aos ouvintes tirar conclusões simplesmente pelo ato da fala. Vamos pressupor que, em uma festa, em meio a uma conversa, um convidado pronuncie a seguinte sentença: “Fartou muita gente!” logo identificamos uma diferença na pronúncia entre a palavra “farta” pronunciada com “r” e a palavra “falta” geralmente pronunciada com “u”. Nesse caso, é possível identificar o desconhecimento da variedade culta da língua, associar a escolaridade e até mesmo, as condições sociais de um falante ao ouvir esse tipo de diálogo, mesmo sem ter conhecimentos prévios e assim, gerando preconceito.

É comum observar os desvios que a norma culta permite ao falante em razão ao que é exposto nos manuais de gramática. Alguns não são identificados por todos os falantes nem julgados como errados, pois tratam de erros gramaticais, de concordância, sendo eles mais difíceis de serem identificados por todo e qualquer falante. Assim são erros “permissivos” que não geram discriminação por parte dos demais falantes. Casos como: “Fazem dias que não o vejo.” (Faz dias que não o vejo.); “As crianças já não obedecem os mais velhos.” (As crianças já não obedecem aos mais velhos.); “Não vi ela durante toda a festa.” (Não a vi durante toda a festa.), são erros que segundo a norma padrão de escrita não devem acontecer, porém é comum a ocorrência desse tipo de expressão na língua falada.

Segundo Palomo (2004), a norma é o modelo de como funciona. Preserva apenas o que é comum entre uma determinada comunidade, eliminando tudo que há de novo e individual na fala. Geralmente, representa obrigações impostas por determinada comunidade, fazendo com que a norma se constitua como uma realização coletiva, repetição de modelos já estabelecidos, tradição.

Portanto, é importante ressaltar que mesmo com essa possibilidade de desvios, proporcionada pela norma culta da língua perante o padrão exposto pela gramática



tradicional, existe muito que ser repensado, como destaca Vieira e Brandão (2008, p. 21, grifos das autoras apud SOUSA, 2012, p. 21), “[...] existe, sem dúvida, um abismo entre a *norma* idealizada e a *norma* efetivamente praticada, mesmo pelos falantes mais escolarizados, trazendo a necessidade de repensar o nosso código gramatical e atualizá-lo”. Uma reavaliação nessa série de regras que são impostas a fim de fazer com que o falante aprenda e possa comunicar-se melhor é essencial, haja vista que essas regras que devem ser seguidas acabam sem levá-lo a uma reflexão e ainda, rejeitar o seu próprio falar.

## 2. A importância da aprendizagem da norma culta

A língua, segundo Saussure (2006), é um instrumento de comunicação, sendo a linguagem, tanto oral como escrita, responsável por nossa comunicação com a sociedade e interação com o meio. É, portanto, a forma usada pelos seres humanos para a transmissão de informações.

O ensino da língua materna traz consigo como um dos seus objetivos, o de ensinar as normas que constituem determinada língua. Esse papel é diretamente ligado à escola, pois essa questão está direcionada à escrita e, conseqüentemente, ao papel da escola que é de fazer com que o aluno tenha domínio sobre a linguagem oral e escrita de sua língua.

Autores como Possenti (1996, p.13), defendem que “o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido.” Sendo assim, a escola é inteiramente responsável por proporcionar ao aluno esse contato com a norma culta, mas não com o sentido de substituir a língua não padrão pela norma, mas propiciar esses alunos conhecimentos e domínio de uma língua mais elaborada do que a que eles estão acostumados no meio em que vivem.

Conforme Possenti (1996, p. 13), privar o aluno de conhecer a norma culta, ou seja, não ensinar pelo fato de não ser algo presente no seu cotidiano contribui para o



preconceito de que o padrão é algo difícil de ser aprendido. É notório que muitas das vezes a razão de não aprender sobre determinado assunto se dá pelo desprovemento de conhecimento do mesmo, assim não seria diferente com a norma culta da língua.

A escola ao assumir esse compromisso de ensinar e qualificar seus alunos quanto ao uso da norma, torna-se também responsável por não excluir as variações que o aluno traz de casa e do seu meio de convívio diário, mas ensiná-lo a comunicar-se com destreza e competência em diferentes situações do cotidiano independente da sua condição social.

É importante ressaltar que dominar e fazer uso da norma culta, não significa, necessariamente, esquecer que nossa língua sofre variações e colocá-las em desuso, mas sim, saber reconhecer em qual situação usá-la da maneira mais adequada. Segundo Bechara (2009, p. 23), "o sucesso da educação linguística é transformar o falante em um 'poliglota' dentro de sua própria língua nacional". O falante deve ser preparado para lidar com diferentes situações e apto a experimentar diferentes formas, mas adequando-se ao contexto inserido e não apenas seguindo "normas".

O preconceito gerado pelo modo de falar de cada um é originado por essa distinção entre o que é certo e o que é errado. A primeira coisa a ser compreendida é que os falantes devem encarar a norma culta da língua como algo que vai muito além, não é apenas seguir regras estabelecidas, mas sim, estar satisfeito com o que é capaz de fazer, ou seja, é também estar realizado e consciente do objetivo alcançado.

O conhecimento mais apurado da norma culta eleva o grau de comunicação do falante e o põe em grau mais elevado do que os que desconhecem, porém é importante salientar que conhecer e dominar a norma não são algo obrigatório, mas deve ser um direito de todos, visto que seu domínio transparece mais qualificação aos que a dominam e fazem uso. Bagno (2007, p. 69) afirma que "achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela "suba na vida" é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana."



A ideia de que o ensino e o uso culto da língua não contribuem para a exclusão social é equivocado, visto que a sociedade imprime um modelo de qualificação para o mercado de trabalho e, ainda, um padrão de comportamento social. O domínio da norma culta da língua é fator de exclusão, haja vista que, como já foi citado, a norma culta são as práticas linguísticas estabelecidas pela comunidade de maior prestígio na sociedade, sendo assim quem não detém o domínio dessas habilidades, automaticamente, ficará fora desse sistema.

Atualmente, a procura e exigência por profissionais mais qualificados e que dominem um maior número de habilidades em diversas competências está cada vez maior e seletivo. Em decorrência disso, o domínio da língua passou a ser critério de avaliação, pois a necessidade de profissionais capazes de expressar-se e comunicar-se melhor com os diferentes públicos tornaram-se primordiais.

De acordo com Possenti (1996, p.14), ao citar duas teses relacionadas ao ensino da norma culta, uma direcionada à natureza político-cultural e a outra de natureza cognitiva, o ensino da norma culta é visto como um divisor de classes em que os menos favorecidos não devem ser apresentados a este padrão. A primeira tese, citada e considerada equivocada pelo autor, diz que “é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo.” Possenti (1996) considera que a classe menos favorecida só terá a ganhar ao dispor de um conhecimento que não é pertinente as suas condições sociais. E a segunda, de natureza cognitiva, “consiste em imaginar que cada falante ou cada grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua).” Com esta hipótese, é possível supor que aprender outro dialeto seria tarefa difícil pelo fato de não ser algo constante no cotidiano de classes distintas.

Ambas as teses apresentadas aqui, buscam tirar o direito ao conhecimento e domínio da norma culta às classes mais estigmatizadas. Por meio do discurso apresentado na primeira tese, é possível perceber que o domínio da norma é visto como algo imposto a sociedade, porém é importante compreender que não se trata de impor algo, mas sim de oferecer algo a mais e com o intuito de acrescentar ao conhecimento, assim contribuindo para construir uma sociedade igualitária.

A segunda tese, de natureza cognitiva, põe o falante como um ser incapaz de dominar mais de uma língua ou até mesmo fazer uso das “normas” estabelecidas na sua língua pelo fato de não ser algo presente no seu cotidiano, sendo assim, o falante só é capaz de assimilar os conhecimentos convenientes a sua classe.

A aprendizagem da norma culta é importante para a ampliação do conhecimento, mas é importante salientar que a variação linguística é algo presente nas línguas e deve ser respeitada, como exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998, p. 29):

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

É importante que se faça uma mediação, no que diz respeito à norma culta e as variações existentes na língua. E que a aprendizagem da norma culta seja feita de modo que não seja retirado do aluno o direito de usar as variações presentes no seu cotidiano, mas que ele seja capaz de identificar o contexto a ser utilizado em cada situação.

Esse processo de nivelamento entre esse coloquialismo e o padrão culto da língua deve ser estabelecido pela escola, pois segundo Neves (2013, p. 25) o único espaço em que a criança terá suporte para equilibrar os seus conhecimentos para cruzar do coloquial utilizado no seu grupo para um meio mais amplo, permitindo-o a se adaptar nas mais diversas interações é a escola. Visto que saber fazer bom uso de uma língua não significa apenas dominá-la, mas saber usá-la nos mais diversos contextos.

Entretanto, deve ser levado em consideração que no ambiente escolar nos deparamos com os mais variados dialetos. Cada criança traz uma “bagagem linguística” que adquiriu no seu convívio familiar e meio social em que está inserida, visto isso, a



escola deve estar preparada para saber lidar com diversas situações. O primeiro contato da criança com uma realidade completamente distinta da sua poderá acarretar inúmeras consequências na aprendizagem.

Uma criança oriunda de classes sociais privilegiadas, ao entrar na escola, encontrará menos dificuldades para se enquadrar ao que é proposto como “correto” de que uma criança de classes sociais desprivilegiadas, pois esta irá se deparar com inúmeras correções ao modo de se expressar, fazendo com que se repreenda por pressupor que será corrigida. Lemle (2005 apud LOIOLA, 2012, 10) diz que “a escola deve aceitar a expressão linguística do aluno já que é esta que ele utiliza na sua comunidade, para só assim, trabalhar com língua padrão, de forma a sempre respeitar o comportamento linguístico do aluno.”

O fracasso escolar e, também, a exclusão de comunidades desprestigiadas se dá muitas vezes por um despreparo de muitas instituições em não saber fazer um balanço entre as diferenças socioculturais dos alunos, julgando apenas a língua padrão como certa e esquecendo-se das variedades não padrão da língua. Desta forma, Soares (2002, p.15):

A escola, como instituição a serviço da sociedade capitalista assume e valoriza a cultura das classes dominantes; assim, o aluno proveniente das classes dominadas nela encontra padrões culturais que não são os seus e que são apresentadas como “certos”, enquanto os seus próprios padrões são ou ignorados como inexistentes, ou desprezados como “errados”.

Visto isso, é imprescindível que as variedades dialetais sejam aceitas, partindo, primeiramente, do ambiente escolar, haja vista ser um espaço onde deve se propagar a igualdade e o respeito às diferenças. Porém, isso não quer dizer que a escola está aceitando o que é dito como “errado”, mas que há um respeito com o conhecimento linguístico de cada indivíduo, respeitando assim, as diferenças socioculturais. Através da aceitação das variáveis é possível mostrar que há um modelo considerado padrão que torna a comunicação, tanto oral como escrita, compreensível para todos.

A língua falada é marca expressiva da identidade de cada grupo, é justamente o desenho da realidade de quem está falando. As variações linguísticas fora do domínio do padrão são consideradas como erradas, não são respeitadas e simplesmente rejeitadas em meio a um grupo mais privilegiado da sociedade. Segundo Soares (2002, p. 35):

[...] o “inimigo” é a escola, que deveria transformar-se, aceitando as características culturais e lingüísticas das crianças das camadas populares para, a partir daí, levá-las à aquisição dos valores, comportamentos e linguagem das classes favorecidas, sem, entretanto, pretender que elas abandonem sua identidade e heranças culturais.

A escola se torna falha ao negligenciar e rejeitar essas variações existentes no ambiente escolar, além de julgá-las como erradas. Visto que, a escola é apresentada como espaço modelo para a aprendizagem e é responsável por fornecer ferramentas para que todos tenham acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, a língua culta. Portanto, ao acolher essas variações estará assim, organizando o meio para que a criança possa aprender a norma culta de forma mais confortável sem perder suas próprias características e contribuindo para que não haja exclusão por meio da língua. Através do reconhecimento que há preconceito devido essas variantes e que o domínio da norma culta é essencial para os falantes, a possibilidade da aprendizagem se tornará maior.

### **3. Análise da pesquisa**

A presente pesquisa se classifica como descritivo-explicativa, com método indutivo. Realizamos uma pesquisa de campo para a coleta de informações teóricas e práticas. Aplicamos um questionário com cinco professores de Língua Portuguesa, atuantes no município de Ipu, Ceará.

O questionário aplicado é composto de cinco questões que visavam analisar o conhecimento dos docentes acerca do domínio da norma culta e sua influência na

questão da inclusão social, além de verificar como os docentes encaram a aprendizagem da norma culta no ambiente escolar.

Para a organização das informações coletadas, os questionários foram numerados e os professores serão identificados como professor A B, C, D e E.

A pesquisa foi realizada com quatro professoras e um professor todos atuantes na área de Língua Portuguesa. A primeira entrevistada (A), com 10 anos de experiência, leciona no 3º e 4º ano do Ensino Fundamental na rede municipal e também na rede particular de ensino; a segunda (B), com 16 anos de experiência, leciona na rede municipal de ensino no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I e 8º e 9º ano do Fundamental II; a terceira (C), com 08 anos de experiência, já lecionou desde a Educação Infantil ao 7º ano de ensino, mas no momento não está lecionando; a quarta (D), com 15 anos de experiência, leciona na rede municipal e privada de ensino no 2º e 3º ano do Ensino Fundamental e o quinto (E), com 6 anos de experiência, leciona na rede estadual de ensino no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

Todos os entrevistados são graduados em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, exceto o entrevistado (C) que está concluindo a graduação também em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa. A seleção por professores que atuassem em diferentes níveis de ensino, para responderem ao questionário, foi proposital, a fim de verificar a visão dos mesmos quanto à norma culta, ou seja, como a julgariam independente do nível de ensino que lecionavam ou se isso comprometeria suas opiniões.

#### **4. Análise e discussão**

Os resultados obtidos por meio da referida pesquisa serão apresentados a seguir por meio de análises e discussões.

Acerca do primeiro questionamento que tratava de qual a importância da norma culta no dia a dia, a entrevistada (A) considera a norma culta importante para o

conhecimento e uso das palavras, considera ainda, que falar e escrever corretamente são a melhor forma para se destacar profissionalmente, já que vivemos em um mundo muito competitivo. A informante (B) acha a norma culta indispensável em alguns casos, considera que o uso da linguagem padrão é essencial na hora de produzir textos escritos e também pelo fato de mostrar a forma adequada de enriquecer o nosso vocabulário.

A informante (C) julga que na convivência diária fazemos uso da língua falada a todo o momento, deixando a norma culta em segundo plano, sendo assim sem muita importância, haja vista que a língua falada é mais permissiva que a norma culta. A informante (D) considera a norma culta fundamental, mas ressalta que não se deve eliminar a língua que o aluno traz de casa. E enfatiza que a escola deve permitir ao aluno o contato com a norma culta por meio de jornais, revistas e outros meios distintos do seu contato diário. O informante (E) considera que no dia a dia a norma culta depende muito da ocasião para então classificar a sua importância, pois ela se faz mais necessário em situações formais.

Como já demonstrado, a norma culta estará sempre presente no nosso dia a dia, independente dos diversos dialetos apresentados pela sociedade haverá algum momento em que seremos, de certa forma, “obrigados” a fazer uso da linguagem culta, como aponta Oliveira (2001, p.11 apud SOUSA, 2012, p.10):

Em geral, temos o domínio da língua pertencente à norma comum, do dia-a-dia; porém, há momentos quando nos vemos inseridos em uma situação diferente, mais formal, e temos de apresentar um nível de linguagem mais culto, ou seja, aquele que foge do universo cotidiano para uma situação em que a elaboração do discurso, a seleção de palavras e o estabelecimento de um estilo criativo e cuidado se fazem necessários.

Geralmente, é nesses momentos que tomamos conhecimento da importância da linguagem culta no dia a dia. Compete à escola apresentar aos seus educandos essa linguagem e mostrar a sua relevância perante a sociedade, haja vista que o próprio



ambiente escolar cobrará seu uso, como é o caso de avaliações externas e vestibulares que requerem do aluno o conhecimento mais formal da língua.

Com relação ao segundo questionamento, perguntamos se ensinar e aprender norma culta é fácil. Os informantes (A), (B), (D) e (E) julgaram não ser fácil por conta do surgimento de tantos grupos sociais com variações linguísticas que influenciam a comunicação das crianças e jovens. E também por conta que as pessoas já estão acostumadas a falar seu dialeto sem se preocupar com normas gramaticais, e assim, quando se deparam com situações que exigem formalidade enfrentam dificuldades. Julgam ainda, ser um desafio dominar o padrão formal frente a quem tem o “falar popular”. O informante (E) ainda classifica a Língua Portuguesa, como sendo uma das mais difíceis, devido seu vasto vocabulário e infinitudes de regras, julgando isso como um dos fatores que tornam seu ensino e aprendizagem mais difícil.

A informante (C) considera que é fácil quando o educador valoriza a linguagem do brasileiro em detrimento da gramática normativa, facilitando para os discentes, pois isso faz com que eles se sintam valorizados e entusiasmados para aprender e compreender que não existe “falar errado”. Para esta discussão podemos ressaltar o que diz Lemle (2005) a escola deve aceitar o que cada aluno traz consigo, sendo que é este o conhecimento linguístico que ele utiliza na sua comunidade, para depois trabalhar a linguagem culta sem ferir a bagagem linguística do aluno.

Visto isso, é possível perceber que o ensino-aprendizagem da norma culta deve ser tratado de forma que permita o aluno aprender a linguagem culta sem que perda sua linguagem própria. Sendo assim, a facilidade ou dificuldade em ensinar e aprender a norma culta dependerá da forma como ela é vista e tratada por todos.

No terceiro questionamento, perguntamos se uma pessoa que só utiliza a norma culta é incluída ou excluída da sociedade, acerca disso a informante (A) e (D) acreditam que pelo fato da sociedade ainda selecionar os melhores, o uso adequado da norma culta é sempre um bom cartão de visita, e ainda, pelo fato que tradicionalmente sempre se valorizou a norma culta, as gírias e desvios dialetais são associados à camada marginalizada da sociedade, ou seja, quem utiliza a norma culta é incluída na sociedade.

A informante (B) considera que depende do ambiente em que ela esteja inserida, citando um exemplo, ela explica que “em um grupo de adolescentes conversando informalmente, usando gírias, na ocasião aparece alguém com uma linguagem formal, com certeza ela será excluída por não haver interação com o grupo”, a informante (C) compartilha da mesma ideia haja vista que nos adaptamos as situações de comunicação que na maioria das vezes a norma culta não prevalece. O informante (E) considera que ela será excluída já que o seu vocabulário seria mais formal do que da maioria da sociedade.

A norma culta é vista, dentro dessa questão, tanto como fator de exclusão como também de inclusão, pois diante do discurso apresentado pelos entrevistados é possível perceber que depende do uso correto da mesma. A escola, na figura do professor, é responsável por fazer esse paralelo entre o tipo de linguagem a ser utilizada e o ambiente onde será utilizada.

Nesse sentido, dominar a norma culta é saber dominar seu uso no contexto inserido. A exclusão não acontecerá apenas com quem não tem conhecimento sobre a mesma, mas até mesmo de quem é instruído. Como é apresentado pela informante (B), uma pessoa que não adéqua sua linguagem diante de um grupo com dialetos informais, provavelmente não conseguirá interagir e socializar com o mesmo.

Acerca do quarto questionamento, isto é, sobre qual é o papel da escola no ensino da gramática e sobre que gramática cabe a escola ensinar, a entrevistada (A) acha que seu papel ainda é fazer com que o aluno conheça sua própria língua, mesmo que de forma teórica, e ainda ressalta que fica para o professor o papel de investir em métodos que levem o aluno a refletir associando teoria à prática. A entrevistada (B) julga que a escola tem função de preparar o aluno para atuar em diversas situações e diferentes contextos, que, portanto, é necessário o ensino das normas gramaticais na aquisição das variedades linguísticas. Considera ainda, que a escola deve ensinar não somente a gramática tradicional, mas também a gramática reflexiva contextualizada e dinâmica.

A informante (C) considera que a escola tem se distanciado da gramática que nos é intrínseca, favorecendo uma gramática cheia de regras que acaba gerando





preconceito linguístico. Acredita que a escola deve partir da gramática que o educando traz consigo para poder inculcar-nos mesmos as diversas formas que podemos usar a língua e suas propícias adaptações. A informante (D) julga que a escola deve ensinar a forma culta, ou seja, a gramática normativa. Ressalta ainda, que quem não domina a linguagem culta não encontrará espaço no mercado de trabalho. O informante (E) considera que a escola tem o papel fundamental no aperfeiçoamento da língua materna. Já que, é na escola que devem ser corrigidos os vícios da linguagem do indivíduo. Ressalta que cabe a escola ensinar uma gramática tradicional mesclada com uma contextualizada.

Segundo os informantes, a escola deve ensinar a norma culta, ou seja, a gramática normativa, porém deve estar preparada para atender as diferenças socioculturais da comunidade escolar. E, desse modo, cabe à escola ensinar respeitando as variações linguísticas.

Por fim, foi questionado o lugar que a norma culta ocupa nas aulas de Língua Portuguesa, as informantes (A), (B) e (E) julgaram que a norma culta ocupa um lugar importante, pois é através da mesma que se define o uso correto da Língua Portuguesa, elevando assim o nível cultural e social dos educandos. Consideraram importantes na hora da compreensão, na forma de se expressar melhor e ao redigir textos.

A informante (C) julga que a norma culta pondera quando se observa os livros havendo pouco espaço para uma gramática descritiva. Levando o docente a emitir comunicados e não formular com os discentes o aprendizado, a comunicação. Considera que as aulas de Língua Portuguesa se tornam enfadonhas para ambos, acontecendo ainda, uma desvalorização por parte dos discentes por acharem que não pertence aquele meio. A informante (D) considera ser determinante, pois falamos de uma maneira espontânea e é por meio da leitura que podemos desenvolver a habilidade da norma culta.

Podemos inferir que a norma culta ainda tem seu lugar na escola e que é preservada pelos educadores, porém dando um pouco mais de liberdade aos alunos para expressarem seus próprios dialetos. Ressaltando que isso não quer dizer que a escola



está tentando retirar essa linguagem culta das aulas, até mesmo porque, como é citada pelos entrevistados, ela é fundamental em diversas situações no decorrer da aula.

### Considerações finais

Considerando o resultado desta pesquisa e as reflexões, é possível perceber que a norma culta não é entendida igualmente por todos. É um processo que requer um olhar diferenciado, tendo em vista seu papel perante a sociedade. Essa multiplicidade de olhares torna o processo de ensino-aprendizagem falho pelo fato que, de certa forma, confunde a compreensão dos discentes.

Tendo como exemplo a pesquisa de campo, a norma culta é considerada como instrumento de inclusão/exclusão, a julgar pelo que foi exposto pelos docentes. Visto que isso, não acontecerá apenas com quem não tem conhecimento sobre a mesma, como também com aqueles que a “dominam”, mas não a utilizam no contexto adequado. Sendo assim, o uso da norma culta, pode contribuir para ambos os casos. Vale ressaltar que, os docentes têm conhecimento sobre sua importância, mas também prezam pela valorização da bagagem linguística que o aluno traz de casa.

As dificuldades enfrentadas são constadas no sistema educacional e social. As variantes linguísticas estão cada vez mais presentes, sendo assim o falante necessita aderir às mudanças, ou seja, dominar a norma culta significa também conhecer suas variantes. É possível verificar que, quando se fala em domínio da norma muitas pessoas já associam as classes sociais, sendo assim esse domínio é mais tratado como questão social do que linguística.

Nessa perspectiva, é possível constatar que a língua padrão deve ser ensinada de uma forma mais elaborada, buscando associar o ensino-aprendizagem da norma ao conhecimento linguístico de cada aluno, visando evitar a desigualdade e, principalmente, a exclusão por meio da linguagem.



Diante disso, esse estudo contribui para que os docentes tomem conhecimento do real papel que deve ser desempenhado por eles em relação ao ensino-aprendizagem da norma culta e, também, para que a escola repense seu princípio de ensino no que diz respeito à língua padrão. Além de contribuir para que os alunos possam reavaliar sua postura diante da importância do domínio da linguagem culta, a fim de elevar seu grau de conhecimento.

### Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GUERRA, Pollianny Nazaré de Moraes. Norma Culta e Norma-Padrão: desfazendo os sinônimos. *Parlatorium*, Belo Horizonte, v. 01, p. 06-14, 2008. Disponível em: <http://www.faminasbh.edu.br/upload/downloads/201112061824034532.pdf>. Acesso em: 21. Jul. 2017.

LOIOLA, Glória Mendes. *A natureza variacionista da língua e sua inclusão no ensino do português*. 2012. 26 f. Monografia (graduação em Letras) – Curso Letras, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?: Norma e uso na Língua Portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PALOMO, Sandra Maria Silva. *Sistema/norma/fala e o ensino de língua materna*. Videtur, USP. São Paulo, v. 1, n. 7, p. 41-44, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 6ª ed. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006

SOARES, M. *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática. 17ª Ed. 2002.



## **Web - Revista SOCIODIALETO**

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos - NUPESDD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU  
ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 25 • Jul 2018/

SOUSA, Sabrina Rodrigues de. *O Ensino de Língua Portuguesa numa perspectiva gramatical*. 2012. 28 f. Monografia (graduação em Letras) – Curso Letras, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2012.

TRAVAGLIA, Carlos Luiz. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

Recebido Para Publicação em 29 de julho de 2018.

Aprovado Para Publicação em 30 de setembro de 2018.